



**Confraria Nossa Senhora da Piedade da Paróquia de  
Nossa Senhora da Piedade**

**Faculdade de Pará de Minas - FAPAM**

Reconhecida pelo Decreto 79090, de 04/01/77

Rua Ricardo Marinho, 110 - São Geraldo - Pará de Minas/MG

CEP 35660-398

Caixa Postal: 86

E-mail: [fapam@nwm.com.br](mailto:fapam@nwm.com.br)

**Programa de Pós-Graduação FAPAM**

**TÍTULO: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PROCESSUAL**

**APRESENTAÇÃO:** Visando atender à demanda no Ensino Superior da Ciência Jurídica, na cidade de Pará de Minas e região, foi implantada a Pós-graduação *lato sensu* em Direito Processual da Faculdade de Pará de Minas. Instituída conforme as determinações da Resolução CNE/CES nº01/2007 do MEC - Ministério da Educação, que estabelece as normas para o funcionamento de cursos de especialização *lato sensu*, a pós-graduação em direito processual busca aprofundar as habilidades do profissional do Direito nesta seara, visando uma formação contínua e em sintonia com as exigências do mercado de trabalho.

A especialização em Direito Processual, na atualidade, constitui-se em diferencial do profissional do Direito. A constitucionalização do processo no Estado Democrático de Direito com o devido processo legal, o acesso à jurisdição e o direito à celeridade processual como direitos fundamentais concatenadas às recentes mudanças implementadas no Direito Processual Brasileiro, exigem um estudo mais aprofundado para aqueles que pretendem investir na carreira jurídica. Atualmente, realiza-se um processo em que se busca a efetividade, mediante interação das questões processuais e materiais interpretadas sob a ótica constitucional. Neste condão, o curso de pós-graduação *lato sensu* pretende revisitar os principais institutos processuais individuais e coletivos, atento ao princípio da dignidade humana e ao respeito aos direitos e garantias fundamentais.

Serão enfatizados de forma ampla e aprofundada os institutos de Direito Processual Constitucional, Coletivo, Civil, Penal, do Trabalho, Tributário, Administrativo

e Eleitoral, capacitando os inscritos à gestão e à solução das principais questões envolvendo os mais variados ramos do Direito Processual.

Não se pode olvidar ainda que a especialização *lato sensu* constitui-se em verdadeira porta de entrada na docência superior, podendo ainda ser computada como atividade jurídica exigida pelo inciso I do art. 93 da CRFB/88, como meio de ingresso na magistratura de carreira, conforme preceitua a Resolução n.º 11 de 31/01/06 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, qualificando ainda os candidatos à pesquisa científica e aos diversos concursos públicos ofertados, em virtude da titulação adquirida.

**OBJETIVO(S):** Aprofundar os conhecimentos na área do Direito Processual, analisando criticamente as formas mais eficientes de acesso ao Judiciário, bem como a eficácia das constantes reformulações da legislação processual e a sua adequação ao Estado Democrático de Direito, paradigma adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, desenvolvendo aptidão para o uso adequado do processo no cotidiano profissional, consoante as diversas tendências do Direito Processual atual.

### **Objetivos Específicos**

- Discussão das posições doutrinárias e jurisprudenciais do Direito Processual atual, as quais deverão subsidiar a atuação dos operadores jurídicos para a compreensão da legislação processual compatível ao ordenamento jurídico democrático;
- Avaliação das formas eficientes de conduta dos sujeitos do processo (autor, juiz e réu) e dos sujeitos especiais (advogado e representante do Ministério Público), em situações procedimentais concretas;
- Pesquisa dos efeitos das recentes reformas introduzidas no Código de Processo Civil, mediante a verificação de seu alcance e adequação ao Estado Democrático de Direito;
- Compreensão dos métodos de interpretação adequados à concretização do Processo Constitucional Brasileiro;
- Desenvolvimento de pesquisa científica e pensamento jurídico;
- Elaboração do trabalho monográfico sobre um dos temas elencados no currículo pleno da área de concentração em Direito Processual, como resultado das pesquisas e conclusões proporcionadas pelo Curso, consoante as normas da ABNT

**PÚBLICO ALVO:** Profissionais com formação superior em Direito e áreas afins: bacharéis, advogados, defensores públicos, juízes, promotores, professores de curso de Direito, procuradores de municípios e câmaras municipais, agentes fiscais, servidores de todas as esferas da Administração Pública.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Módulo	Disciplinas	C/H
I	Teoria do Direito	15 h/a
	Hermenêutica e Interpretação	15 h/a
	Teoria Geral do Processo	30 h/a
	Direito Processual Constitucional	30 h/a
	Direito Processual Coletivo	30 h/a
	Processo de Conhecimento	30 h/a
	Recursos Cíveis	15h/a
	Procedimentos Especiais e Processo Cautelar	15h/a
II	Processo de Execução	15h/a
	Tutelas de Urgência	15h/a
	Juizados Especiais	15h/a
	Direito Processual Penal	30h/a
	Direito Processual do Trabalho	30h/a
	Processo Tributário	15h/a
	Processo Administrativo	15h/a
	Processo Eleitoral	15h/a
	Metodologia do Trabalho Científico	15h/a
	Didática do Ensino Superior	15h/a
III	Seminário de Pesquisa II: orientação, elaboração e apresentação do TCC	40h/a
	<b>Total</b>	<b>400h/a</b>

## CORPO DOCENTE:

<b>Professores</b>	<b>Titulação, experiência acadêmica e profissional.</b>
<b>Andréa Alves de Almeida</b>	Doutoranda em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003). Graduação em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas - Universidade FUMEC (2000). Professora da Pós-graduação em Direito Processual do Instituto de Educação Continuada da PUC Minas - IEC -, da PUC Minas Virtual e da UNIJUS. Pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora de Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil da UNIFEEM e da Faculdade Estácio de Sá - BH. Advogada.
<b>Marcelo de Souza Moura</b>	Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG. Especialista em Direito constitucional pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Professor da Graduação do Centro Universitário Izabela Hendrix e da Faculdade de Ciências Jurídicas de Diamantina. Advogado em Belo Horizonte.
<b>Edilene Lobo</b>	Possui graduação em Direito pela Fundação Universidade de Itaúna e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Doutoranda em Direito Processual do PPG Direito da PUC Minas. Atualmente é advogada (sócia) - Lobo Leite Sociedade de Advogados; professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais nos cursos de graduação e especialização em Direito; Professora da Fundação Universidade de Itaúna. Assessora da Ordem dos Advogados do Brasil MG para assuntos eleitorais, onde também atua como Professora colaboradora da Escola Superior de Advocacia; Consultora da Assembléia Legislativa de Minas Gerais Gabinetes; Advogada do Partido dos Trabalhadores MG; Atuando principalmente nos seguintes temas: gerenciamento de Órgãos Estatais; Assessoramento Político; Direito Administrativo, Constitucional, Eleitoral e Político.
<b>Evandro Sérgio Lopes da Silva</b>	Professor Universitário lecionando nas cadeiras de Teoria da Constituição, Direito Constitucional e Direito Tributário, nos Cursos de Direito, Ciências Contábeis e Administração. Docente com ênfase em Direito Público. Mestrando em Direito e Instituições Políticas pela Universidade FUMEC. Especialista em Direito Público e em Direito Processual pela PUC-MG.

	Graduado em Direito pela Universidade FUMEC. – Assessor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
<b>Fabício Veiga da Costa</b>	Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (2001), Especialista e Mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Doutorando em Direito Processual pela PUC/MG; aluno da especialização em Direito de Família da PUC/MG; advogado em Belo Horizonte; Professor da Pós-graduação em direito da Universidade Estadual de Montes Claros, do Instituto de Educação Continuada da PUC MINAS (especialização em Direito); professor da graduação da Faculdade de Pará de Minas, da Faculdade de Pedro Leopoldo e das Faculdades Integradas do Oeste de Minas Gerais. Professor convidado de cursos de pós-graduação lato sensu em direito.
<b>Gregório Assagra de Almeida</b>	Possui graduação em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (1992), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, professor do mestrado em Direito da Universidade de Itaúna e membro do Conselho Editorial da revista MPMG Jurídico e da revista De Jure - Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Autor das seguintes obras: "Direito processual Coletivo Brasileiro - um novo ramo do Direito Processual", publicada pela Saraiva e "Codificação do Direito Processual Coletivo Brasileiro", "Direito Material Coletivo: Superação da Summa Divisio Direito Público e Direito Privado por uma nova Summa Divisio constitucionalizada" e "Manual das Ações Constitucionais", publicadas pela Ed. Del Rey.

<b><u>Irani Gonçalves Cardozo Ribeiro</u></b>	Mestre em Educação pela Universidade Vale do Rio Verde. Especialização em Teoria e Prática do Ensino Superior e em Administração Escolar. Graduação em Letras pela Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas; Pedagogia pelas Faculdades Integradas Claretianas – FIC de São Paulo e Direito pela Universidade de Itaúna. Na Faculdade de Pará de Minas – FAPAM exerce a função de Coordenadora Pedagógica dos Cursos de Graduação, Coordenadora e professora da Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em “Leitura e Produção de Textos: competência de todas as áreas” e professora do Curso de Letras, com dedicação parcial e como professora horista.
<b>Jacinto Copatto Costa</b>	Bacharel em Direito, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Professor da Fundação Universidade de Itaúna nas cadeiras de teoria e prática civil.
<b>Leonardo Barreto Moreira Alves</b>	Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2002). Pós-Graduado em Direito Civil pela PUC/MG (2007), Mestrando em Direito Privado pela PUC/MG e Professor da PUC/MG de Direito Processual Penal I e II. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais desde 2003. Autor do livro O Fim da Culpa na Separação Judicial: uma perspectiva histórico-jurídica, Belo Horizonte: Del Rey, 2007, e de diversos artigos jurídicos. É um dos coordenadores da obra Temas Atuais do Ministério Público: a atuação do Parquet nos 20 anos da Constituição Federal, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).
<b>Lucio Aparecido Moreira</b>	Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1989); Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (2006), Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG, Professor de graduação e pós-graduação da Fundação Universidade de Itaúna e da Faculdade de Pará de Minas.
<b>Márcia Pereira Costa</b>	Bacharel em Direito (2000) e Mestre em Direito Empresarial pela Fundação Universidade de Itaúna (2009) Assessora de Juiz do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Professora da Faculdade de Pará de Minas e da Fundação Universidade de Itaúna nas cadeiras de Direito Processual.
<b>Márcio Eduardo da Silva Pedrosa Morais</b>	Bacharel em Direito pela Fundação Universidade de Itaúna. Doutorando em Teoria do Direito pela PUC/MG. Mestre em Teoria do Direito pela PUC/MG.

	<p>Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Cândido Mendes (2008). Membro do conselho diretor da Associação Mineira de Direitos Humanos, Segurança e Solução de Conflitos - HUMANITAS-MG. Professor da Faculdade de Pará de Minas, da Fundação Universidade de Itaúna e da Faculdade Asa de Brumadinho nas áreas de Teoria do Direito e Direito Constitucional.</p>
<b>Richard Fernando da Silva</b>	<p>Bacharel em Ciência Jurídica e Social pela Pontifícia Universidade Católica de Santos/SP (1994), Especialista em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Católica de Santos (1996), Especialista em Direito Civil pela Faculdades Metropolitanas Unidas (1997), Especialista em Direito Tributário pela Universidade Católica de Santos (2000), Mestre em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1999), Aperfeiçoamento em Oratória pela Universidade Católica de Santos (1990) e Aperfeiçoamento em Processo Administrativo Disciplinar pela Escola de Administração e Negócios (1995). Professor titular da Faculdade de Direito de Pará de Minas e Formiga (UNIFOR); Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Formiga/MG.</p>
<b>Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias</b>	<p>Possui graduação em Direito pela Fundação Educacional Monsenhor Messias (1978), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Atualmente é Professor Adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Professor da Universidade FUMEC, advogado-sócio do escritório Brêtas Dias e Associados-Advocacia S/C e Diretor Secretário-Geral Adjunto da Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Minas Gerais. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil.</p>
<b>Weber Leite de Magalhães Pinto Filho</b>	<p>Bacharel em Direito, UFMG, dezembro de 1983, Curso de Especialização em Direito Processual Civil, pela UFMG, em 1987. Ingresso na Magistratura Trabalhista, na Terceira Região, em novembro de 1989. Titular da Vara do Trabalho de Pará de Minas desde fevereiro de 2006. Professor de Direito do Trabalho na Fadom (atual Faculdade Pitágoras), em Divinópolis, em 2005.</p>

**DURAÇÃO:** 18 meses

**CARGA HORÁRIA:** 360 horas (presenciais) e 40 horas (orientação de TCC)

**DIA(S) E HORÁRIO(S) DE AULA(S):** O curso será ministrado em aulas quinzenais, com início previsto para o dia 7 de abril de 2010, às sextas-feiras no horário de 18h10 às 22h30 e aos sábados de 07h40 às 12h e de 13h30 às 17h20.

**INVESTIMENTO:** 18 parcelas no valor de R\$299,00 (duzentos e noventa e nove reais)

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

**Faculdade de Pará de Minas – FAPAM**

**Rua Ricardo Marinho, nº 110**

**Contato: (37) 3236-1308**

**COORDENAÇÃO:**

Prof. Márcio Eduardo da Silva Pedrosa Morais

Titulação: Doutorando e Mestre em Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Ciências Criminais.

Experiência profissional: Professor do curso de Direito da FAPAM - Faculdade de Pará de Minas. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Itaúna. Professor do curso de Direito da Faculdade Asa de Brumadinho. Advogado.

E-mail para contato: *marcio.eduardo@yahoo.com.br*

**OBSERVAÇÕES:**

- A grade curricular e corpo docente estarão sujeitos a adaptações/alterações necessárias para melhor desenvolvimento do programa do Curso.
- A Instituição reserva-se ao direito de iniciar o curso somente com o número mínimo de 36 alunos matriculados.